

Presidente faz a defesa das medidas do pacote e promete 'um Natal melhor'

Fernando Henrique adverte: "Não vou assistir parado à economia esmorecer"

Gustavo Miranda

Adriana Vasconcelos
e Ana Paula Macedo

• **BRASÍLIA.** Sem citar as pesquisas de opinião divulgadas ontem, que acusam o temor da população em relação ao aumento do desemprego e o medo da recessão, o presidente Fernando Henrique Cardoso partiu para a ofensiva e avisou que não vai assistir de braços cruzados à economia do país esmorecer. Ele prometeu lutar contra a recessão da mesma forma que está empenhado em manter a estabilidade da moeda. No que depender do Governo, disse Fernando Henrique, os brasileiros terão um Natal melhor.

— Tem gente que não tem imaginação e julga que são todos iguais, sem imaginação, e que vão assistir parados o esmorecimento da economia. Não. Nós vamos tomar medidas com firmeza e dureza, se for o caso, mas vamos também tomar ao mesmo tempo as outras medidas necessárias para que tenhamos um Natal melhor — afirmou o presidente.

Pesquisa para o Planalto aponta: maioria aprova Real

No início da noite, o porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, apresentou os resultados de uma pesquisa telefônica realizada anteontem pela MCI — empresa que normalmente atende ao Governo. A pesquisa, feita em todo o país, registra a aprovação do Real por 70% da população brasileira, rebatendo os índices dos institutos Vox Populi e Data Folha, pelos quais a credibilidade da moeda teria atingido seu menor índice desde o lançamento do plano de estabilização econômica. Pelo resultado apresentado pelo porta-voz, apenas 10% dos brasileiros desaprovam o Plano Real e 18% não têm opinião formada.

Amaral confirmou, porém, a queda de popularidade do presidente em pelo menos 9%, se comparados os índices dessa pesquisa da MCI com a última consulta encomendada pelo Governo há um mês e meio: a aprovação da administração de Fernando Henrique caiu de 60% para 51%. O Governo seria reprovado por 35% da população e 13% dos brasileiros não sabem como julgá-lo. Segundo o porta-voz, a perda de popularidade do presidente já era esperada, assim como a apreensão em relação ao impacto do pacote



O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE: "Não vamos assistir parados ao esmorecimento da economia do país"

fiscal anunciado segunda-feira pelo Governo. Mas nem por isso, garante Amaral, o presidente se arrepende de ter tomado as medidas.

— O Governo não está preocupado com a sua popularidade ou a das medidas. As bolsas de Hong Kong, Japão e Estados Unidos voltaram a cair, o que repercute diretamente nas bolsas brasileiras. Isso mostra que existe uma turbulência internacional e que neste momento não é oportunidade de falarmos de popularidade, de eleição ou de oportunidades eleitorais, mas sim de haver um esforço do país para aprovação rápida das reformas, que depois do anúncio do pacote fiscal é a melhor resposta que o país po-

de dar à crise mundial — salientou Amaral.

Pouco antes, ao receber representantes da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, o presidente disse que ninguém deve apostar na redução do ritmo de crescimento econômico do país. Fernando Henrique acentuou que foi preciso o Governo lançar o pacote fiscal para que os oposicionistas finalmente reconhecessem que o país cresceu com o Plano Real, demonstrando temor de que as medidas resultem num freio à economia. O Governo, disse, vai buscar formas de reativação de atividades passíveis de crescimento, sem provocar o aumento do conteúdo das importações. Segundo ele, mui-

tas políticas podem ser desenvolvidas para sustentar o ritmo, como apoio maior à agricultura, construção civil, exportação e às micro e pequenas empresas.

Os lojistas manifestaram preocupação com a repercussão da alta de juros nas vendas de final de ano. O presidente da CNDL, o catarinense Carlos Stüpp, destacou que os meses de novembro e dezembro são responsáveis por 35% das vendas de todo o ano e que a elevação da taxa de juros poderá provocar uma redução entre 15% e 20% no movimento. Os lojistas entregaram ao presidente um pedido para a revisão da legislação trabalhista e urgência nas reformas constitucionais, principalmente a tributária. ■